

Há espaço, entende Martone

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

O próximo governo terá de enfrentar duas importantes tarefas em curto espaço de tempo: colocar em prática um plano de emergência, concentrando-se na recuperação do nível de emprego — o que poderá provocar uma brutal elevação no nível salarial da faixa de baixa renda; — e promover um esforço para baixar os juros reais com medidas que reduzam as distorções das taxas de captação e aplicação de recursos no sistema financeiro.

Somando estas duas considerações, o economista Celso Martone, presente no II Encontro Anual dos Executivos Financeiros, acredita que existe espaço para um crescimento da economia da ordem de 5%, no próximo ano. O crescimento deverá acontecer predominantemente no setor interno, com forte recuperação no comércio e produção de bens de consumo, ao contrário do que vem ocorrendo em 1984, quando o crescimento está calcado em especial nos setores ligados à exportação.

O índice de inflação para 1985, segundo Martone, deverá ficar entre 260 e 265%. "O quadro só deverá ser alterado se ocorrer choque de preços, como alterações no câmbio, agricultura ou correção de preços administrados; expecta-

tivas de aceleração do índice; ou pressão de demanda com a conseqüente elevação dos preços", pondera. Martone não acredita em choque de preços, mas estima que o País poderá enfrentar problemas com pressão de demanda e com a condução da política monetária.

"Hoje existe uma forte tendência empresarial, além da política, de apostar na recuperação econômica como uma saída. O plano de emergência do novo governo visando à retomada do crescimento poderá gerar 2 milhões de novos empregos temporários no próximo ano, o que representa Cr\$ 10 trilhões adicionais com forte impacto sobre os bens de primeira necessidade, que, por sua vez, podem gerar pressões inflacionárias", diz Martone.

Além disso, o governo enfrentará questões como o déficit da Previdência, estimado em Cr\$ 8 trilhões para 1985, e talvez tenha de socorrer os estados e municípios. Analisando sob a ótica fiscal, o economista pondera que nesta ponta é pequena a margem de manobra, pois as instituições financeiras, por exemplo, neste ano estão enfrentando antecipação de receita. Também o desconto na fonte de Imposto de Renda sobre os ativos financeiros poderá colocar em risco o equilíbrio fiscal com um possível aumento no déficit público".